

**APRESENTAÇÃO NO XVIII CONGRESSO MUNDIAL DE ESTUDOS JUDAICOS
- AMILAT – 08- 12/08/22**

A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA PRESENÇA JUDAICA NA AMAZÔNIA

Por Elias Salgado

1.RESUMO

Quando demos início, em fins dos anos 90, ao nosso estudo da presença judaica na Amazônia brasileira, eram raros os estudos sobre o tema, realizados por pesquisadores brasileiros ou mesmo de outros países. Em todo o mundo não éramos mais do que 10 estudiosos.

Passados 25 anos, somos testemunhas e partícipes de um processo muito interessante de crescimento geométrico do interesse pela pesquisa e estudo da presença judaica na Amazônia.

Nossa apresentação pretende dar algumas respostas para tal tendência, assim como apontar para novas formas de abordagem e de recortes temáticos, que tratam de ampliar o espectro de estudos, tratando de estudar e abordar a contemporaneidade judaica amazônica, em especial à luz das grandes questões que configuram a realidade atual.

Em nossa apresentação o tema a ser tratado, será baseado em propostas apontadas por parte dos membros do Conselho Acadêmico do CEJA- Centro de Estudos Judaicos da Amazônia, fundado em 2018.

2. INTRODUÇÃO:

IMIGRAÇÃO E PRIMÓRDIOS DA PRESENÇA SEFARDI-MARROQUINA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:

A presença sefardi-marroquina na Amazônia tem início em torno de 1810. As razões que motivaram a saída daqueles judeus em direção à Amazônia brasileira já foram anteriormente estudadas por Eidorfe Moreira (1972), Mirelman, (1987), Bentes (1989), Liberman (1990), Leibovici (1992) Benchimol (1998) e Heller (2010), entre outros, e se evidenciam por dificuldades de sobrevivência nos “mellahs” (bairros judeus) **no Marrocos**, traduzidas por pobreza, super população e epidemias de cólera e peste bubônica, como as de 1790 e 1818, a alternância nas relações do poder com a população judaica, o papel europeizante da Aliança Israelita Universal, os conflitos coloniais de 1860-70, entre o Marrocos a França e a Espanha.

Vale assinalar aqui, o que entendemos como um dos primeiros grandes debates historiográficos no estudo da presença sefardi-marroquina na Amazônia, que em linhas gerais é protagonizado por Laredo, Bentes, Benchimol e Heller. Este último, em concordância com Bentes, aponta como sendo a causa maior para a emigração, não necessariamente, apenas, os problemas anteriormente citados, mas sim, a busca de novas oportunidades. **Cito:**

“... todos os fatores citados por Benchimol estavam presentes, embora como afirma Bentes, destacavam-se entre as outras motivações dos emigrantes, a busca pela liberdade religiosa e direitos civis – ou seja, a

busca pela modernidade – e a fortuna, no sentido mais amplo, renascentista, isto é, pela sorte, pelo sucesso, pelo bom destino e pela riqueza”. (Heller, 2010)

Sem discordar, Heller aponta para outras duas razões para a escolha do Brasil, Venezuela e Argentina pelos judeus marroquinos:

1. “a existência de “pessoas conhecidas” e “informações prévias””
2. “o parentesco entre a identidade étnico cultural dos novos países sul americanos e os judeus sefarditas”.

O primeiro pesquisador brasileiro a apontar para tal possibilidade, foi Eidorfe Moreira, em 1972, que, ao analisar a ata de criação da primeira entidade judaica na região, a Sociedade Guemilut Hassadim Shel Ribí Shimon Bar lochai, aponta para alguns sobrenomes portugueses dentre os marroquinos que assinam o documento.

E, mais recentemente, Reginaldo Jonas Heller, que, a partir de estudos mais aprofundados sobre a presença sefardita no Caribe, trata de apontar as relações evidentes entre os judeus marroquinos e o elemento judeu-português naquela região.

Temos, também, o caso da criação da localidade de Nova Mazagão, no Pará, em 1769, quando foram trazidas pessoas de Portugal, que para lá haviam sido trasladadas quando da queda da fortaleza de Mazagão, **no Marrocos**, em mãos dos muçulmanos. Baena (1969), ao tratar do tema, não é categórico quanto à condição de cristãos novos desta população.

Moreira, tratando de reforçar a sua hipótese, lista, em seu estudo, vários nomes portugueses, que sempre foram citados como “homens da nação”.

DESENVOLVIMENTO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

É o nacionalismo europeu que exercerá influência sobre o Brasil independente (1822), que também precisava da história e dos historiadores para construir uma identidade nacional baseada nesses mesmos moldes.

Pode-se dizer que a renovação metodológica e temática na historiografia brasileira é recente. Até a década de 1950 tínhamos uma vasta produção de cunho não acadêmico que remontava a meados do séc. XIX, caracterizada por grandes ensaios de enfoque sociológico, de interpretação da história e da cultura brasileiras – a busca de compreender um “caráter nacional brasileiro” (FREITAS, 1998, pp. 17-38; LEITE, 1969).

A elaboração de novas questões, de novos campos de investigação, de uma releitura dos documentos e a exploração de novas fontes históricas somente será verificada em finais dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, com a abertura política decorrente do fim da ditadura civil-militar e da incorporação na historiografia nacional de debates vindos da Europa que remontavam às décadas de 1960-70, principalmente as de origem francesa, relacionadas à Nova História, e as de inflexão neomarxista vindas da Inglaterra (VAINFAS, 2009).

A AMAZÔNIA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Na produção historiográfica sobre a Amazônia, os impactos dessas novas abordagens só seriam notados e efetivados muito tempo depois. Na verdade, a historiografia brasileira dedicou pouca atenção ao estudo da Amazônia.

Até meados da década de 1970, foi preponderante a expressão do historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis, cujo foco recaía **sobre** o passado colonial da Amazônia e a formação da região, preocupando-se, sobretudo, com a atuação administrativa civilizadora dos portugueses na região.

A partir da década de 1970, adentrando nos anos 1980, se dá um expressivo desenvolvimento da produção historiográfica sobre a história **daquele território**, tanto em obras de caráter abrangente quanto em obras específicas.

Somente a partir dos anos 1990 iriam efetivamente ser incorporadas à produção historiográfica sobre a Amazônia as abordagens da “história vista de baixo” e da Nova História.

Pesquisas essas que tinham um forte caráter revisionista da história da Amazônia, fazendo forte contraponto a uma historiografia tida como tradicional, que privilegiava uma abordagem política, econômica e administrativa da história da região, praticamente ignorando aqueles que seriam a maior parcela da população amazônica, os indígenas, que, quando apareciam, eram sempre retratados por essa historiografia como

sujeitos passivos e secundários em uma interpretação que privilegiava as ações de governantes, militares e religiosos (COELHO, 1994, pp. 175-184).

OS JUDEUS DA AMAZÔNIA NA HISTORIOGRAFIA DA REGIÃO

Em 1974, o historiador, jornalista e editor Marcos Margulies, publicou, de sua autoria, *“Iudaica Brasiliensis”*, um repertório bibliográfico dos livros relacionados com o judaísmo, publicados no Brasil, entre 1844 e 1972.

Entre os 851 verbetes do livro, não encontramos nenhuma referência ao tema “judeus da Amazônia”. Hoje não nos surpreende, já que o desenvolvimento da historiografia sobre **este tópico** está inserido na mesma dinâmica da historiografia geral da Amazônia.

Assim que, até os anos 1980, excetuando-se o caso de Eidorfe Moreira, os estudos sobre os judeus na Amazônia será realizado por judeus e somam apenas 4 trabalhos publicados, por Egon e Frida Wolf, por Abraham Ramiro Bentes, Victor Mirelman e Haim Avni

Cabe assinalar, nos autores “autóctones”, principalmente membros da comunidade judaica amazônica, certa tendência a uma narrativa que aponta ao que chamamos de “história das elites” (Salgado sobre Benchimol) e com elementos auto referenciais muito fortes (Benchimol e Benzecry - Benchimol).

São encontrados casos em que há um forte empenho na construção e preservação de uma memória familiar e de grupos específicos, permeados por uma narrativa de preponderância de classe, no caso, o da elite social, quando do estudo da participação do elemento judeu na economia da

região (biografias de Baze, Garcia, Aguiar) e até mesmo referente à história e à memória da própria vida comunitária.

SOBRE NOVAS INICIATIVAS E PROJETOS: O SURGIMENTO DO CEJA

Além da produção acima citada, novas iniciativas referentes ao estudo, à pesquisa e à preservação da presença judaica na Amazônia estão surgindo. E cabe destacar algo que consideramos, também, como uma nova e muito importante tendência. Não são mais trabalhos e livros publicados apenas por estudiosos judeus. Entre eles, agora, encontramos judeus e descendentes de judeus afastados de sua ancestralidade e muitos não judeus.

Com a criação do CEJA, em 2018, ficou estabelecido por seu conselho acadêmico, como de suma importância, a ampliação do espectro de estudo e pesquisa do tema “judeus na Amazônia” e dos estudos sefarditas no Brasil e no mundo,

Temas de suma importância como o antissemitismo e o sionismo, entre outros, também ganham relevância nos debates historiográficos sobre os judeus na Amazônia.

O primeiro deles, o antissemitismo, apesar de algumas passagens conflituosas como os acontecimentos conhecidos como “mata judeus” do início do século XX, quando foram cometidas agressões aos judeus e a seus estabelecimentos comerciais, que acontecem em várias cidades do interior do Pará, como Cametá, Baião e outras, são lembrados por autores diversos, dentre eles, Avraham Milgram, em artigo sobre os primórdios do sionismo brasileiro, onde tenta responder à pergunta: “Por que o sionismo no Brasil tem início na Amazônia”, já que segundo ele, os “mata judeus”

foram esporádicos e as razões não eram de cunho antissemita estrutural, e sim relacionados com questões comerciais. Milgram levanta a questão, mas não a responde.

Uma tese que responde à pergunta relativa ao surgimento do sionismo na Amazônia é defendida por Michel Gherman, em seu livro “O Início do Sionismo no Brasil - Ambiguidades da História” (2021), onde o autor se pergunta como, sendo o sionismo um movimento nascido na Europa, no seio do judaísmo ashkenazita, nasce no Brasil, no seio da comunidade sefardi-marroquina amazônica? Tentando resumir a resposta de Gherman, ele responde assim: O sionismo europeu tem seu surgimento, sua razão de ser no antissemitismo da Europa Central e Oriental.

Já o amazônico tem, segundo ele, uma outra constituição. Ele nasce de uma triangulação entre Portugal, Espanha e Marrocos. Tem uma forte influência de alguns professores da Aliança Israelita Universal que falavam sobre o tema nos bastidores – A Aliança não era sionista. O **Sionismo amazônico** não se baseia no antissemitismo, ele tem fortes relações com a Palestina, a Terra de Israel.

Vide o caso de David José Perez, natural de Breves, no Pará, que estudou na Aliança Israelita e criou o primeiro jornal judaico em língua portuguesa do Brasil, o A Columna, que era bastante envolvido com a causa do sionismo.

Em uma das *lives* do Ciclo de Estudos do CEJA, um participante aponta, em tom de crítica, para o fato de que a maioria dos trabalhos que já foram produzidos estuda fatos e temas de tempos passados. E outro assinala que as fontes de estudo (leituras) se restringem, quase sempre, à obra de Samuel Benchimol.

É fato que sua obra, em particular seu clássico *Eretz Amazônia, Judeus na Amazônia* e o estudo não publicado como livro, “Os Judeus no Ciclo da Borracha”, são os trabalhos mais conhecidos do público interessado e estudioso do tema. Mas é certo que em trabalhos mais completos (novos autores, novos estudos acadêmicos), os seus autores têm conhecimento de toda a obra produzida sobre o tema até hoje, sem prescindir da leitura das obras de Benchimol.

Quanto à abrangência cronológica da maioria dos trabalhos já publicados, os estudos históricos, por uma questão inerente à própria essência e objeto da História, trabalham eminentemente, com o passado, num ininterrupto processo de leitura e releitura. E assim a atual historiografia aponta para uma afirmação comumente aceita pelos estudiosos, de que o fazer histórico é uma obra para sempre inacabada.

Já trabalhos etnológicos, antropológicos, sociológicos, literários e linguísticos – estes sim, bastante raros no que diz respeito aos judeus da Amazônia, estudam e abordam muitas vezes temas mais contemporâneos. Citamos como exemplos: **os capítulos dedicados a escritores judeus amazonenses, no livro *Imigrantes Judeus: Escritores Brasileiros*, de Regina Igel (1997)**; artigo de Eva Blay, “Judeus na Amazônia” (1997); a dissertação de mestrado de Amélia Bemerguy “Imagens da ilusão: judeus marroquinos em busca de uma terra sem males” (1998); a tese de doutorado pela USP, “A mão e a luva”, de Wagner Bentes Lins (2010); a dissertação de mestrado pela UFAM, de Dina Paula Santos Nogueira, publicada sob o título: “Identidade e Tradição: Um estudo sobre as mulheres da comunidade de Manaus” (2017); e o Projeto de Pesquisa “História e Memória, judeus na industrialização do Amazonas” (2015) de Elias e David Salgado.

E todo o esforço de vários pesquisadores do CEJA –Centro de Estudos Judaicos da Amazônia, (vide as colegas participantes deste painel) e outros projetos parceiros, como o Ecos Sefarditas, Judeus da Amazônia, do NESA –Núcleo de Estudos Sefarditas da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, coordenado pela Profa. Alessandra Conde.

Mas fato é, que, apesar do esforço que até aqui vem sendo empreendido por muitos, judeus na Amazônia ainda é tema com um vastíssimo caminho de estudos a ser percorrido, e assim como a Amazônia na historiografia brasileira, poderia ser chamado, também, de um tema menor.

Seria muito gratificante para nós e importante para o desenvolvimento dos estudos dos judeus na Amazônia, como um grupo étnico formador da sociedade e da cultura nacional, que nossas sugestões e outras que certamente surgirão, se transformassem em novas produções.

E não é outro, se não este, o objetivo maior do CEJA.

Muito obrigado